

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE  
XXXXXXXXXXXXXXXXXX/DF**

**FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, RG n. XXXXXXXX, SSP/DF, CPF n. XXXXXXXX, ambos residentes na XXXXXXXXXXXXXXXX, telefones XXXXX-XXXXX e XXXXX-XXXX, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro nos arts. 134, caput, c/c art. 5º, LXXIV, e 134, *caput*, da Constituição da República, por ser juridicamente pobre, nos termos da Lei 1.050/60 e Código de Processo Civil, propor

**AÇÃO MONITÓRIA**

em face de **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, RG n. XXXXXXXX, SSP/DF, CPF n. XXXXXXXX, residente na XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, telefone XXXX-XXXX e XXXX-XXXX, demais dados desconhecidos, pelos motivos e fundamentos abaixo expostos.

**DOS FATOS**

Em **XX.XX.XXXX**, o Requerente alienou ao Requerido o ágio do apartamento e garagem sito na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pelo valor de R\$ XXXXX (XXXXXXX). O pagamento foi ajustado da seguinte forma: R\$ XXXXXX (XXXXXXX) de entrada; uma nota promissória no valor de R\$ XXXXXX (XXXXXXX), com vencimento para **XX.XX.XXXX** e XX (XXXXX) notas promissórias cada no valor de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXX), com primeiro vencimento para **XX.XX.XXXX** e as demais todo dia XX (XXXX) dos meses subsequentes até quitação integral (**XX.XX.XXXX**). A entrega das chaves foi realizada em **XX.XX.XXXX**.

Para formalização do negócio, em **XX.XX.XXXX**, o Requerente substabeleceu a procuração pública em favor do Requerido (Prot. XXXXXXXX, Livro XXXX, Folha XXXX), realizado no Xº Ofício de Notas do Distrito Federal.

Todavia, o Requerido pagou apenas a entrada (R\$ XXXXX), R\$ XXXX (XXXXXXX) da primeira promissória, vencida em **XX.XX.XXXX**, e a quantia integral do título do mês de XXXXX (R\$ XXXX). Ou seja, resta saldo devedor de R\$ XXXXXX (XXXXXX), que atualizado perfaz a quantia **de R\$ XXXXX**

(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), conforme tabela abaixo, devendo ainda a parcela a vencer em **XX.XX.XXXX**, que possivelmente vencerá no curso do feito.

O Requerente já tentou, por diversas formas, receber amigável a quantia constante em notas promissórias, porém sem sucesso. O Requerido foi convidado em duas oportunidades (**XX.XX.XXXX e XX.XX.XXXX**) para tentativa de acordo no CEJUSC- XXX e não compareceu, o que inviabilizou qualquer ajuste entre as partes.

Assim, considerando a prova escrita da dívida, não restou alternativa senão a busca da tutela jurisdicional para obter a expedição de mandado de pagamento do débito no prazo legal e que, caso não seja realizado, seja o mandado monitório convertido em título executivo judicial.

## DOS FUNDAMENTOS

Trata-se de notas promissórias emitidas pelo Requerido em **XX.XX.XXXX** para pagamento do contrato de compra e venda do ágio do imóvel sito na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX/DF.

Todavia, o Requerente deixou de indicar com precisão o credor nos títulos, o que lhes retira a eficácia executiva. Neste caso, pode o credor utilizar-se da **AÇÃO MONITÓRIA**, para dotar de exequibilidade o título, eis que é prova escrita da dívida e não foi superado o prazo para ingresso da ação monitória, que é de XX (XXXXX) anos da emissão do título (art. 205, I, do Código Civil).

As promissórias são a prova escrita da dívida existente entre o Requerido e o Requerente, nos moldes do art. 784, I, Código de Processo Civil.

A presente ação é principalmente disciplinada pelos arts. 700 e ss., do Código de Processo Civil, *in verbis*:

**Art. 700.** A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz:

**I** - o pagamento de quantia em dinheiro;

**II** - a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel;

**III** - o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer.

**§ 1º** A prova escrita pode consistir em prova oral documentada, produzida antecipadamente nos termos do art. 381.

**§ 2º** Na petição inicial, incumbe ao autor explicitar, conforme o caso:

**I** - a importância devida, instruindo-a com memória de cálculo;

**II** - o valor atual da coisa reclamada;

**III** - o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido.

**§ 3º** O valor da causa deverá corresponder à importância prevista no § 2º, incisos I a III.

**§ 4º** Além das hipóteses do art. 330, a petição inicial será indeferida quando não atendido o disposto no § 2º deste artigo.

**§ 5º** Havendo dúvida quanto à idoneidade de prova documental apresentada pelo autor, o juiz intimá-lo-á para, querendo, emendar a petição inicial, adaptando-a ao procedimento comum.

**§ 6º** É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

**§ 7º** Na ação monitória, admite-se citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.

**Art. 701.** Sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de XX (XXXXXX) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa.

**§ 1º** O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo.

**§ 2º** Constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos previstos no art. 702, observando-se, no que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial.

**§ 3º** É cabível ação rescisória da decisão prevista no caput quando ocorrer a hipótese do § 2º.

**§ 4º** Sendo a ré Fazenda Pública, não apresentados os embargos previstos no art. 702, aplicar-se-á o disposto no art. 496, observando-se, a seguir, no que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial.

**§ 5o** Aplica-se à ação monitória, no que couber, o art. 916.

**Art. 702.** Independentemente de prévia segurança do juízo, o réu poderá opor, nos próprios autos, no prazo previsto no art. 701, embargos à ação monitória.

**§ 1o** Os embargos podem se fundar em matéria passível de alegação como defesa no procedimento comum.

**§ 2o** Quando o réu alegar que o autor pleiteia quantia superior à devida, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado da dívida.

**§ 3o** Não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, os embargos serão liminarmente rejeitados, se esse for o seu único fundamento, e, se houver outro fundamento, os embargos serão processados, mas o juiz deixará de examinar a alegação de excesso.

**§ 4o** A oposição dos embargos suspende a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau.

**§ 5o** O autor será intimado para responder aos embargos no prazo de XXX (XXXXX) dias.

**§ 6o** Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

**§ 7o** A critério do juiz, os embargos serão autuados em apartado, se parciais, constituindo-se de pleno direito o título executivo judicial em relação à parcela incontroversa.

**§ 8o** Rejeitados os embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, prosseguindo-se o processo em observância ao disposto no Título II do Livro I da Parte Especial, no que for cabível.

**§ 9o** Cabe apelação contra a sentença que acolhe ou rejeita os embargos.

**§ 10.** O juiz condenará o autor de ação monitória proposta indevidamente e de má-fé ao pagamento, em favor do réu, de multa de até dez por cento sobre o valor da causa.

**§ 11.** O juiz condenará o réu que de má-fé opuser embargos à ação monitória ao pagamento de multa de até dez por cento sobre o valor atribuído à causa, em favor do autor.

Portanto, possível a pretensão do Requerente em ajuizar a presente demanda com o fim de receber o crédito oriundo do contrato de compra e venda do ágio do imóvel com garantia através das promissórias, sob pena de enriquecimento ilícito por parte do Requerido.

Sobre o tema, jus colacionar o seguinte julgado do c. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios:

“DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. EMBARGOS À MONITÓRIA. REJEITADOS. CHEQUE. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. ONUS DA PROVA. RÉU. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE FATO EXTINTIVO, MODIFICATIVO OU IMPEDITIVO DO DIREITO DO AUTOR.

**1 - Nos termos do artigo 700 do Código de Processo Civil, a ação monitória destina-se àquele que, se valendo de prova escrita sem eficácia de título executivo, almeja o pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou infungível ou de determinado bem móvel ou imóvel.**

2 - A orientação jurisprudencial é pacífica quanto ao ajuizamento do procedimento monitório fundando em cheque prescrito (enunciado 299 do Superior Tribunal de Justiça).

3 - Outrossim, a orientação jurisprudencial é no sentido de que não se exige a demonstração da causa debendi, ou seja, da relação jurídica que deu causa à emissão do cheque, bastando a apresentação de prova escrita sem força executiva para ajuizamento de pleito monitório.

4 - Uma vez que a mencionada cártula é apta para fundamentar a pretensão inaugural, cabe à parte ré a prova de fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito pleiteado nos autos, conforme prevê o inciso II do artigo 373 do Código de Processo Civil, não restando demonstrado nos autos que as requeridas tenham se desincumbido do seu ônus processual.

5 - Além disso, acrescenta-se, que, não obstante a prescindibilidade da causa debendi, restou demonstrado nos autos, de forma inequívoca, a relação jurídica entre as partes, uma vez o caderno processual está devidamente acompanhado do contrato de prestação de serviços educacionais celebrado com a apelada.

6 - Apelação conhecida e desprovida.

(Acórdão n.XXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, Relator: XXXXXXXXXXXX 3ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento:

Eis os fundamentos, portanto, para a procedência dos pedidos.

## DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer:

- a)** concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos da lei XXXXXX/XX e do CPC (declaração anexa);
- b)** seja deferida a expedição de mandado de pagamento, no endereço do Requerido, eis que evidente o direito dos Requerente, determinando que, no prazo de XX (XXX) dias, efetue o pagamento do débito no valor de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX)**, acrescido de correção monetária e juros até a data do efetivo pagamento, isento de honorários se efetivado nesse prazo, ou, querendo, oferecer embargos;
- c)** não ocorrendo o oferecimento de embargos ou, ainda, se estes forem julgados improcedentes, seja convertido o mandado monitório em título executivo judicial, adotando-se igual providência no caso do não pagamento do débito no prazo legal, prosseguindo-se o feito em sua fase seguinte, até o efetivo adimplemento;
- d)** A condenação do Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em **X% (XXXXXXX) do valor da causa (art. 701, caput, CPC)**, a serem revertidos ao Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal (art. 1º da Lei Complementar Distrital nº 744 de 04/12/2007, combinado com o art. 2º, inciso I, do Decreto Distrital nº 28.757, de 07/02/2008), sendo recolhidos junto ao **Banco XXX, agência XXX, conta XXXXX - PRODEF.**

DAS PROVAS: Protesta provar o alegado por todos os meios admitidos em direito, em especial pelas cópias acostadas à exordial.

Dá-se à causa o valor de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX)**.

Termos em que requer e aguarda deferimento.

XXXXXXXXXX/DF, XX de XXXXXX de XXXX.

---

**Requerente**

---

**Defensor Público do Distrito Federal**